

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Nilson Amaral Marcondes 1 Jonas Comin de Campos 2

1-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba.
Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, SP.
e-mail 1 : nilsonam@yahoo.com.br

2 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba.
Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, SP
e-mail: comin@bol.com.br

Resumo : O desempenho de uma organização na era do conhecimento é medido levando-se em conta o seu grau de responsabilidade social, inclusive no que se refere aos cuidados destinados à sua relação com o patrimônio natural da humanidade. A manutenção das atividades econômicas sem a preocupação com os resíduos da produção e a deposição destes no meio natural e toda agressão ao meio ambiente conduziu à degradação da qualidade de vida do homem, podendo comprometer seriamente as condições de vida das gerações futuras. O artigo estuda e investiga a Contabilidade Ambiental, sua evolução e aplicação no ramo contábil, procurando mostrar sua importância para a sociedade futura.

Palavras-chave: Contabilidade, Empresa, Contabilidade Ambiental

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução :

A contabilidade, uma das ciências mais antigas do mundo originou-se com o intuito de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Atualmente, a contabilidade é considerada um sistema de informações que tem como objetivo auxiliar o gerenciamento das entidades para que estas possam garantir sua continuidade.

Para Paiva [2], pode-se definir contabilidade Ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer informações sobre os eventos ambientais que modificam a situação patrimonial, e também realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

A contabilidade Ambiental possui potencial para auxiliar os gestores na tarefa de melhorar a utilização dos recursos naturais. Ela pode ser usada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, através da utilização dos relatórios contábeis onde devem ser evidenciados, de forma transparente, e verdadeira, os gastos com o controle ambiental.

Porém, sua prática é impedida por várias dificuldades, sendo a principal delas o fato da empresa ocultar informações gerais, bem como sua correta classificação e avaliação contábil.

Objetivos

A contabilidade deve acompanhar a evolução tecnológica e às mudanças rápidas do nosso mundo moderno. Deve estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos contábeis que satisfaçam o empresário e satisfaçam também o meio ambiente natural.

A empresa que segue esses padrões pode obter significativo diferencial competitivo. E para isso o contador será o agente capaz de prestar tais informações, que influenciará na tomada de decisão das organizações.

Materiais e Métodos

No desenvolvimento do tema foi empregado o método indutivo através da pesquisa exploratória, envolvendo levantamento de livros didáticos e artigos publicados em revistas, conforme descrito no item de referências bibliográficas.

Histórico

Desde o início da civilização agrediram-se os rios, os solos, as florestas, as savanas... e o próprio homem.

Não há parte do globo terrestre que não tenha sido rastreada por satélites para detecção de jazidas minerais, fertilidade dos solos, recursos hídricos, potencial energético e ou/ turístico, entre outras possibilidades.

O desenvolvimento técnico e tecnológico gerado pela Revolução Industrial permitiu que as pessoas vivessem mais e melhor. Acontece, porém, que essas novas tecnologias não são desenvolvidas tendo como prioridade os princípios básicos de respeito à natureza, e nem chegam a favorecer a todos.

Os principais problemas ambientais da atualidade são:

- Efeito estufa: aquecimento global
- O avanço da desertificação
- A contaminação radioativa

- Os desmatamentos
- Chuva ácida
- Camada de ozônio
- Contaminação da água

A preocupação com o meio ambiente data desde o século XIX, mas somente no século XX é que a sociedade começa a compreender a extensão do problema.

A 1ª conferência Mundial sobre o meio ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972.

Em 1975, foi realizado um Seminário Internacional de Educação em Belgrado, com a participação de vários países o que resultou na chamada carta de Belgrado.

Esse documento propunha que qualquer ação de preservação ao meio ambiente deveria, primeiramente passar por um programa de educação ambiental onde os países deveriam disseminar e conscientizar as crianças, futuros adultos, sobre a importância de cuidar do meio ambiente. Isso tudo, poderia melhorar sua capacidade de decisão como profissionais e cidadãos e teriam o meio ambiente como pano de fundo para suas futuras decisões.

Para Ferreira [1], “O grande desafio da educação ambiental foi, então, dividido em 4 tópicos:

1. Conscientização,
2. Sensibilização,
3. Responsabilidade social, e
4. Desenvolvimento sustentável.

Tudo isso para manter o grande desafio da humanidade, que é o de continuar a viver.”

Mas foi somente, na ECO-92, ou *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED), realizada na cidade do Rio de Janeiro, que se estabeleceu um compromisso maior dos países participantes com o assunto e onde o conceito “desenvolvimento sustentável” tomou maior dimensão e começou a fazer parte do dia-a-dia das sociedades civilizadas e, conseqüentemente, do cotidiano de um número maior de empresas.

O documento produzido na ECO-92, conhecido como Agenda 21, ainda é ponto de referência na implantação de programas e políticas de governo e de empresas ao redor do mundo e tem marcado uma significativa mudança nas relações comerciais, em suas diversas formas.

Para Ferreira [1], a ECO-92 define desenvolvimento sustentável como a utilização dos recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras. Implica ainda o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades.

O desenvolvimento sustentável tem se preocupado com os rumos do planeta e

igualmente com a continuidade, em face da destruição do meio ambiente e dos recursos naturais não renováveis.

Conservar os recursos naturais implica em usá-los de forma econômica e racional para que, os renováveis não se extingam por mau uso e os não renováveis não se extingam rapidamente.

Para que se pudesse acompanhar esse convívio do homem com o meio ambiente, seja na forma de nação ou entidade, designou-se o termo Contabilidade Ambiental para registro e geração de relatórios.

Evolução da Contabilidade Ambiental

Ao se depararem com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, os gestores passaram a exigir da contabilidade informações financeiras que os ajudassem nesse trabalho e para os quais os contadores, de modo geral não se encontravam preparados.

Esse fato acentuou-se ainda mais na década de 90, principalmente depois da ECO-92 e também em decorrência do agravamento dos problemas ambientais.

A partir daí, contadores, Institutos de Pesquisas, Organismos Profissionais e Órgãos de Governo de vários países começaram a estudar o assunto, com o objetivo de contribuir para o estabelecimento de novos procedimentos de uma nova metodologia ou, ainda de contribuir para o aprimoramento dos procedimentos e da metodologia contábil já existentes, a fim de apresentar uma resposta que satisfizesse os gestores quanto às suas necessidades de informações financeiras sobre o meio ambiente e relativas à Entidade.

O Instituto Canadense de Contadores Certificados – *Canadian Institute of Chartered Accountants* (CICA) – publicou em 1993, um relatório sobre pesquisa realizada, intitulado “*Environmental Costs and Liabilities: accounting and financial reporting issues - research report*”, onde o grupo de estudos responsável procurou examinar como os efeitos do meio ambiente poderiam ser considerados e registrados nos relatórios financeiros das Entidades.

Para eles, o objetivo dos relatórios financeiros é o de comunicar informações sobre os recursos econômicos de uma Entidade e as mudanças desses mesmos recursos. Os impactos ambientais que causassem mudança econômica nesses recursos deveriam ser considerados como objeto de mensuração e registro.

Para efeito do relatório, devem ser tomadas medidas ambientais que são ações para prevenir, diminuir ou remediar, e conservar os recursos renováveis ou não renováveis.

Identificar uma atividade para determinar se ela constitui uma medida ambiental não é considerada

uma tarefa complicada. Porém, estabelecer uma classificação que identifique o que é relativo ao meio ambiente e o que não é, torna-se difícil.

O grau evolutivo de conscientização ambiental de determinada nação refletirá diretamente o estágio em que se encontra a Contabilidade Ambiental desse país. Nos países mais evoluídos, com economia sólida e onde as necessidades básicas da população são supridas, há preocupação com o meio ambiente por parte dos cidadãos. As leis desses países e seu cumprimento, assim como as exigências da sociedade, determinarão o comportamento das empresas em seu convívio com a natureza.

Os Estados Unidos da América, apesar de possuírem leis rigorosas de preservação e recuperação ambiental, ainda não possuem a conscientização necessária para serem exemplo ao mundo. Entidades governamentais e não governamentais lutam para conscientizar a população, maior geradora de resíduos do planeta, com aproximadamente 70% do lixo urbano do mundo.

Enquanto a Europa se esmera em efetuar a produção limpa, sem poluir o meio ambiente, os norte americanos estão se preocupando com o que fazer com os resíduos gerados em seus processos produtivos e de consumo. Já os países de terceiro mundo seguem as imposições dos países mais ricos.

Porém a necessidade de preservação dos recursos naturais, faz o homem sentir necessidade de prestar contas a seus semelhantes, tanto no presente como no futuro, sobre a utilização dos recursos não renováveis existentes. O veículo que pode prestar-se a tal tarefa é a Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que mostrem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma Entidade que modifica seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas sim uma especialização.

Rob Gray é considerado um dos mais importantes autores especializados em Contabilidade Ambiental, em nível internacional.

Segundo Ferreira [1], nas idéias de Gray referente ao gerenciamento do meio ambiente, o contador poderia introduzir o desempenho ambiental nos relatórios anuais, desenvolver uma nova contabilidade e sistema de informações ecológico e planejar as implicações financeiras de uma agenda ambiental.

Contabilidade Financeira Ambiental

Voltada para atender às necessidades do cliente externo, a contabilidade financeira ambiental resulta da organização das informações de modo que sejam atendidos os Princípios Contábeis.

A contabilidade subordina-se a seus princípios fundamentais, sem os quais ela perde sua característica de ciência. Assim, qualquer modelo que se diga contábil tem, obrigatoriamente de seguir os Postulados Contábeis, que são seus sustentáculos científico.

Os resultados fundamentais que regem a contabilidade são a Entidade e a Continuidade e esses dois postulados estão interligados. A contabilidade atua em uma Entidade em continuidade e a Continuidade é o postulado contábil que direciona a Entidade para o futuro, para o desenvolvimento, para o crescimento. Para a contabilidade realizar a mensuração dos fatos econômicos, é condição que ela continue existindo.

Balanço Patrimonial com Ênfase ao Meio Ambiente

O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinado momento.

O Balanço Ambiental tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das Entidades, com ou sem finalidade lucrativa, que possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, de acordo com os Princípios fundamentais de contabilidade.

“Toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a ocorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, serão registradas em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios fundamentais de contabilidade” – Resolução 750-93 do CFC.

Conforme normas e procedimentos de auditoria NPAlI Balanço e Ecologia do IBRACON, sugere-se que o Balanço Patrimonial e Notas Explicativas das empresas públicas ou privadas devem ser publicadas, com destaque para as questões ambientais conforme A Figura 1.

BALANÇO PATRIMONIAL AMBIENTAL

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Circulante Financeiro	Circulante Financeiro
Caixa e Bancos	Fornecedores
Clientes	Títulos a pagar
Estoques	Circulante Ambiental
Circulante Ambiental	Fornecedores
Estoques	Financiamentos
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Longo Prazo Financeiro	Longo Prazo Financeiro
Títulos a receber	Financiamentos
Longo Prazo Ambiental	Longo Prazo Ambiental
Estoques	Financiamentos
PERMANENTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Permanente Financeiro	Patrimônio líquido financeiro
Investimentos Financeiros	Capital Social
Ações de outras cias	Reservas de capital
Imobilizado Financeiro	Reservas de Lucros
Máquinas e equipamentos	Lucros/Prejuízos acumulados
Veículos e Acessórios	Patrimônio Líquido ambiental
(-) Depreciação acumulada	Reservas para preservação do meio ambiente
Diferido Financeiro	
Despesas do Exerc.seguinte	
Permanente Ambiental	
Imobilizado Ambiental	
Máquinas e equipamentos	
Instalações	
(-) Depreciação Acumulada	
Diferido Ambiental	
Despesas do Exerc.seguinte	

Figura 1: Balanço Patrimonial [6]

Conclusão

O mercado não mais aceita o descaso no tratamento dos recursos naturais; os consumidores estão interessados em produtos limpos; a legislação torna-se mais rígida, impondo sanções aos infratores, obrigando as empresas a encarar com seriedade e responsabilidade a variável ambiental em sua estratégia operacional.

Os assuntos ambientais estão crescendo e os problemas que surgem da relação da sociedade com o meio ambiente são densos, complexos de serem entendidos.

Nesse contexto, a participação da contabilidade é de extrema importância, ajudando a classe empresarial em sua gestão ambiental que começa a ser encarada como assunto estratégico dentro das organizações e isso tem-se tornado um fator importante de competitividade.

Portanto a contabilidade deve estar presente na luta pela preservação ambiental, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades do empresário e também satisfazer as necessidades do meio ambiente natural.

Então, o papel do contador é fundamental, pois depende dele elaborar um modelo contábil adequado e também incentivar as empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente nos balanços, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

Referências

- [1] FERREIRA, A.C.S. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Atlas, 2003.
- [2] PAIVA, P.R. Contabilidade Ambiental: evidencição dos gastos com transparência e focada na preservação. São Paulo, Atlas, 2003.
- [3] MORANDI, S. Tecnologia e ambiente. São Paulo, Copidart, 2000.
- [4] HOLTHAUSEN, C. Agenda 21: o caminho da dignidade humana. Florianópolis, Papa-Livro, 2000.
- [5] KRAEMER, M.E.P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. Pensar Contábil, n.9 p.19, 2000.
- [6] RAUPP, E.H. Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. Revista de Contabilidade do CRC, n.20 p.46, 2002
- [7] SANTOS et al., A.O. Contabilidade Ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. Revista de Contabilidade & Finanças da Fipecafi, n.27 p.89, 2001.